

MORAIS, Prudente de

* dep. geral SP 1885; junta gov. SP 1889; gov. SP 1889-1890; const. 1891; sen. SP 1891-1894; pres. Rep. 1894-1898.

Prudente José de Moraes Barros nasceu em um sítio próximo a Itu (SP) no dia 4 de outubro de 1841, filho de José Marcelino de Barros e de Catarina Maria de Moraes. Seu irmão Manuel de Moraes Barros se tornaria senador da República.

José Marcelino morreu assassinado por um escravo quando o menino Prudente José contava apenas três anos. Catarina casou-se em segundas núpcias com o major Caetano José Gomes Carneiro, e pouco mais tarde a família passou a residir em Piracicaba, antiga Constituição. O menino Prudente aprendeu as primeiras letras com a mãe, o que indica que esta teria um razoável nível de instrução, por sua vez fator indicativo de favorecimento social na sociedade da época. Apenas aos 14 anos Prudente ingressou no Colégio Delgado, que no ano seguinte fechou suas portas. Seguiu então para São Paulo, para cursar os preparatórios para a Faculdade de Direito, onde ingressou em 1859.

A Faculdade de Direito de São Paulo havia sido criada por decreto de 1827, juntamente com a de Pernambuco. Era uma escola de leis que, além de formar advogados, formava especialmente políticos. Quase todos os políticos do período imperial e da Primeira República passaram pelos bancos dessa academia. Havia na Faculdade de Direito paulista uma sociedade secreta fundada pelo alemão Júlio Frank. Era a *Burschenschaft*, chamada de *Bucha* pelos estudantes que dela participavam. Como vários próceres da República, Prudente de Moraes também foi bucheiro. A orientação política da *Bucha* preconizava a luta pelo liberalismo, o abolicionismo e o republicanismo, ideais que iriam marcar toda a ação política de Prudente.

Formado em 1863, Prudente voltou a Piracicaba, abriu um escritório de advocacia e ingressou na política. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito vereador para o quadriênio 1865-1868 e escolhido presidente da Câmara Municipal, cargo que ao tempo implicava exercer as funções executivas no município.

Em maio de 1866 casou-se com Adelaide Benvinda da Silva Gordo, filha de Antônio José da Silva Gordo. Seu irmão mais velho, Manuel, já era casado com Maria Inês, irmã de Adelaide. O irmão caçula de Adelaide, Adolfo Afonso da Silva Gordo, advogado e político republicano, casou-se em primeiras núpcias com Ana, neta do senador Nicolau Vergueiro, e depois com Albertina Vieira de Carvalho, filha do

professor de direito Joaquim José Vieira de Carvalho e irmã de Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Em 1867, Prudente foi eleito deputado à Assembleia Provincial. Entretanto, com a queda do gabinete liberal e sua substituição pelo ministério conservador chefiado pelo visconde de Itaboraá, novas eleições foram convocadas, e o Partido Liberal decidiu nelas não concorrer. Em 1869, membros do Partido Liberal dele se desligaram, fundando o Partido Radical. Desse grupo fazia parte Prudente de Moraes.

Sopravam então os primeiros ventos republicanos. Em 3 de dezembro de 1870 foi lançado no Rio de Janeiro o *Manifesto Republicano*, marco inicial da campanha republicana, assinado por 56 cidadãos, entre os quais os paulistas Francisco Rangel Pestana e Miranda de Azevedo. Publicado no primeiro número do jornal *A República*, o documento propunha a adoção de uma linha de “evolução pacífica”, pretendendo a mudança do regime pelas armas da discussão. A esse grupo de republicanos que se formava, uniram-se radicais paulistas.

Em reunião realizada em São Paulo a 17 de janeiro de 1872, foi decidida a criação do Partido Republicano, dentro da orientação do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro. Estavam presentes 14 cidadãos, egressos todos eles do liberalismo radical. No ano seguinte, realizou-se a Convenção de Itu a 18 de abril, e foram aprovadas as bases para a organização do Partido Republicano da província. A partir de então, o movimento organizado da Propaganda Republicana se intensificou, e Prudente logo se tornou um de seus chefes.

LUTANDO PELA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Falar de Prudente de Moraes é falar da República: da luta para a implantação, da organização e da consolidação do regime. Nessas três fases, seu papel foi fundamental. Alguns traços sobressaem em sua ação, delineando o perfil do estadista.

No tempo do Império, a luta pela implantação da República significava um sonho: a República era um regime democrático no qual privilégios não teriam lugar. Para um paulista como Prudente de Moraes, a descentralização proposta pela República significava também a possibilidade de maior desenvolvimento para a província de São Paulo, que se afirmava economicamente pelo promissor florescimento da cultura cafeeira.

Os republicanos se reuniam anualmente em um congresso, para o qual cada município enviava um representante eleito. Eram estabelecidas as orientações da

campanha republicana, aprovado e divulgado um manifesto e eleita uma comissão permanente para conduzir sua ação. Prudente presidiu a comissão em várias ocasiões.

O movimento que em São Paulo se tornou conhecido como a Propaganda Republicana usou de vários meios para a divulgação de suas idéias, pois desejava chegar à República de forma pacífica, usando as “armas da discussão”: recorreram os propagandistas à imprensa, fizeram publicações, organizaram comícios em praça pública, conferências em salões. Recorreram também à participação no processo eleitoral, como uma forma de influir no processo decisório.

Um dos chefes da Propaganda, Prudente proferiu inúmeras conferências em municípios da província. Em São Carlos, em 1884, abordou a questão servil, posicionando-se a favor da autonomia de cada província para legislar sobre a locação de serviços; declarou que os projetos abolicionistas deveriam ser aceitos desde que acompanhados de medidas tendentes a atrair mão de obra livre, facilitando a imigração; defendeu a liberdade de consciência e de cultos, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a grande naturalização (*Diário Popular*, 19/11/1884). Esses eram temas frequentes, juntamente com a descentralização e a adoção do federalismo.

Para a participação no processo eleitoral, Prudente de Moraes era um dos nomes de que o Partido Republicano dispunha, dado que já tinha experiência anterior como vereador, presidente da Câmara de Piracicaba e deputado provincial.

Nesse tempo, a representação parlamentar na Assembleia Geral e nas assembleias provinciais se fazia através de voto distrital, e a província de São Paulo estava dividida em dez distritos eleitorais. Os distritos nos quais os republicanos conseguiam maior penetração eleitoral eram justamente aqueles que correspondiam às zonas cafeeiras, nas quais as propostas republicanas tinham maior aceitação, como os de Campinas, Rio Claro e Casa Branca.

No 8º distrito eleitoral, que tinha como cabeça a cidade de Rio Claro e incluía Piracicaba, o candidato era Prudente. Em 1877, os republicanos Prudente, Campos Sales e Martinho Prado conseguiram integrar a chapa liberal para as eleições provinciais. Já em 1878, o próprio Partido Republicano apresentou seus candidatos, e Prudente foi eleito deputado provincial pelo 8º distrito, sendo novamente eleito em 1881, 1883, 1885 e 1887. Para a Assembleia Geral, apenas em 1884 o Partido Republicano conseguiu eleger dois deputados, Prudente de Moraes e Campos Sales.

A ação dos republicanos nas assembleias seguia as orientações do partido. Os republicanos haviam adotado o sistema de expor, em conferências e manifestos, o

conjunto de suas ideias políticas e de suas posições diante dos problemas que então agitavam o país. No Congresso de 1881, essas normas foram sintetizadas em um documento, o *Programa dos candidatos*, que estabelecia os princípios e linhas de ação do Partido Republicano. Os candidatos se comprometiam a, se eleitos, pautar sua ação parlamentar por ele. Esse compromisso com um programa foi uma grande novidade em uma época em que os partidos monárquicos, o Liberal e o Conservador, se revezavam no poder; esses partidos tinham seus programas, mas na prática do sistema, segundo se dizia, nada os diferenciava.

Foi grande a participação de Prudente de Moraes nas legislaturas para as quais foi eleito, destacando-se sua atuação em favor de projetos abolicionistas. Como deputado provincial, trabalhou em projeto que proibia a entrada de escravos na província e estabelecia um imposto sobre os escravos possuídos, que reverteria em um pecúlio para os cativos. Na Assembleia Geral, batalhou em favor da libertação dos sexagenários sem indenização. Ao lado da medida proibindo a importação de escravos, lutavam os republicanos paulistas por medidas destinadas a promover a imigração de trabalhadores livres. Em 1884 foi fundada a Hospedaria dos Imigrantes, que funcionou como ponto de encaminhamento dos recém-chegados para as fazendas. Esse preparo foi bem-sucedido, pois quando foi assinada a Lei Áurea, a 13 de maio de 1888, o número de trabalhadores livres já era grande, e o trabalho da lavoura cafeeira paulista não se desorganizou, como teria ocorrido no Rio de Janeiro.

No primeiro discurso proferido na Assembleia Geral, em 11 de maio de 1885, Prudente reafirmou seu compromisso com o programa republicano. São suas estas palavras: “O meu programa político está no manifesto de 3 de dezembro de 1870, que o país todo conhece. O meu ‘desideratum’, o objetivo que visa o meu partido e para cuja consecução trabalha com dedicação e patriotismo, é a substituição da monarquia pela república federativa. Trabalhamos franca e resolutamente para isso, por estarmos convencidos de que só a república fará a felicidade da nossa pátria. No regime atual, nós os republicanos só podemos aceitar os atos dos poderes públicos que se conformarem com os verdadeiros interesses sociais, e só podemos apoiar as reformas que consubstanciarem idéias democráticas. Trabalhando para estabelecer e firmar a república pela eliminação da monarquia, desde que não aceitemos a revolução como meio, ao menos por enquanto, é nosso dever representar as funções públicas como cooperadoras de reformas que operem, por partes, essa eliminação. ... Esta será a norma da nossa conduta.”

Um dos traços da ação de Prudente de Moraes foi sem dúvida a coerência. Já em 1878, o conselheiro Sinimbu, que presidia o Ministério de 5 de Janeiro, convidara Prudente para a presidência de uma das províncias do Norte. Prudente recusou o convite, por achar que não poderia aceitar cargo de confiança do governo da monarquia, regime que combatia.

GOVERNADOR DE SÃO PAULO E CONSTITUINTE

A 6 de novembro de 1889, os republicanos paulistas receberam carta de Aristides Lobo relatando os entendimentos que estavam sendo mantidos entre republicanos e militares para a mudança do regime, cujo desfecho se afigurava próximo. Prudente de Moraes foi imediatamente chamado de Piracicaba para a reunião dos chefes de São Paulo. Foi decidido que Francisco Glicério seguiria então para o Rio, acompanhado por Adolfo Gordo. No dia 9, houve uma reunião secreta na casa do marechal Deodoro da Fonseca para traçar os planos da revolução.

Nessa mesma noite, o imperador oferecia um baile na Ilha Fiscal em homenagem à oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*. Segundo os cronistas da época, foi uma festa deslumbrante. Enquanto a monarquia dançava, republicanos e militares conspiravam, acertando os ponteiros para o novo tempo que pretendiam impor.

No dia 15, deu-se a proclamação da República, instituindo-se o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O evento foi comemorado pelos republicanos paulistas com grande júbilo, e os propagandistas foram aclamados. Instalou-se um triunvirato no governo paulista: Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Murça. Mas, a 3 de dezembro, Prudente de Moraes foi nomeado governador de São Paulo, cargo que exerceria até 18 de outubro de 1890, quando o transmitiu a Jorge Tibiriçá.

Em São Paulo, a aceitação pacífica do novo regime não resultou da indiferença do povo quanto à forma de governo, mas deveu-se à ação organizada da Propaganda Republicana com o claro intuito de preparar a receptividade popular às novas idéias.

O primeiro ministério do novo regime foi integrado por Campos Sales, no Ministério da Justiça; Aristides Lobo, do Interior; Rui Barbosa, da Fazenda; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; Benjamin Constant, da Guerra; Demétrio Ribeiro, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Eduardo Wandenkok, da Marinha. Uma controvertida orientação do governo provisório foi a política financeira implementada

pelo ministro Rui Barbosa, que instituiu a reforma bancária, substituindo o ouro como lastro das emissões por títulos da dívida federal. Ao fracasso do plano, que resultou em onda inflacionista, desastre da bolsa e descalabro das finanças públicas, deu-se o nome de Encilhamento, crise cujas consequências tiveram de ser enfrentadas pelos governos posteriores.

O governo provisório chefiado por Deodoro convocou eleições para a Assembleia Constituinte. O Partido Republicano Paulista (PRP) apresentou uma chapa com três senadores e 22 deputados, sendo Prudente candidato a senador juntamente com Campos Sales e Rangel Pestana. Foram todos eleitos. A Assembleia iria trabalhar a partir de um projeto de Constituição previamente elaborado por uma comissão presidida por Saldanha Marinho e revisto por Rui Barbosa.

Reunida a 15 de novembro de 1890, a Assembleia Constituinte elegeu Prudente de Moraes seu presidente. Discussões e votações foram conduzidas com firmeza, para que no mais curto período o país tivesse uma Constituição. A Constituição promulgada a 24 de fevereiro de 1891 incorporou pontos importantes defendidos pelos republicanos paulistas que integravam o Programa dos Candidatos, especialmente centrado na federalização e autonomia das províncias. Assim, o sistema tributário adotado atribuía às províncias, agora estados, o imposto de exportação, o que significava para São Paulo o imposto sobre o café exportado, fonte de riqueza do estado.

A Assembleia procedeu em seguida à eleição do presidente e vice-presidente da República. Para a presidência foi eleito o marechal Deodoro da Fonseca com 129 votos, tendo Prudente, também candidato, obtido 97 sufrágios. Para a vice-presidência foi eleito Floriano Peixoto com 153 votos, indicando já certa desconfiança do Congresso quanto ao presidente eleito.

De fato, graves dissidências ocorreriam entre o governo e o Congresso. Deodoro, através de decretos, acabou por dissolver o Congresso e impor estado de sítio em 3 de novembro do mesmo ano, quando os edifícios da Câmara e do Senado foram cercados por forças militares. Da conspiração desencadeada a partir de então contra Deodoro participaram os parlamentares paulistas, contando com a cumplicidade de Floriano Peixoto. A esquadra se amotinou, e antes do início das hostilidades chegou a notícia da renúncia de Deodoro, que foi substituído na presidência pelo vice Floriano Peixoto.

O período de Floriano foi marcado por crises, tendo-se desencadeado sérias revoltas: a Revolta da Armada (1893-1894), rebelião promovida por unidades da

Marinha do Brasil contra o governo, supostamente apoiada pela oposição monarquista, e a Revolta Federalista (1893-1895), luta armada no Rio Grande do Sul em oposição a Júlio de Castilhos, buscando a autonomia estadual frente ao poder federal e opondo os “maragatos” ou federalistas aos “pica-paus” que estavam no poder; a luta atingiu também os estados de Santa Catarina e Paraná.

Ainda em 1893 foi fundado o Partido Republicano Federal (PRF), liderado por Francisco Glicério, para congregar no Congresso a ação dos vários partidos republicanos estaduais. O novo partido foi definido como “uma catedral aberta a todos os credos”, por englobar opções ideológicas as mais diversas. Seria dissolvido em 1896 após grave crise parlamentar.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ao término do período regimental, em 1º de março de 1894 realizaram-se eleições diretas para a presidência da República, apesar da oposição de Floriano, que desejava permanecer no cargo em clara manobra continuísta. Prudente de Moraes foi eleito o primeiro presidente civil da República, apoiado pelo PRF.

A posse estava marcada para 15 de novembro. Prudente chegou ao Rio de Janeiro no dia 2, acompanhado de poucos familiares. Na estação, ninguém para recebê-lo. Dirigiu-se para o Hotel dos Estrangeiros, onde se hospedou. Apenas no final da tarde recebeu a visita de um emissário do governo para dar-lhe boas vindas. Solicitou então uma audiência com Floriano Peixoto para tratar de assuntos administrativos, mas Floriano não encontrou uma data para o encontro.

No dia 15, protocolarmente vestido, Prudente aguardava no salão do hotel que o viessem buscar. Ninguém apareceu, e foi num calhambeque alugado que chegou ao palácio Conde dos Arcos para prestar o juramento. Para o Itamarati, onde se daria a transmissão do cargo, foi na carruagem do representante da Inglaterra, sem qualquer escolta oficial. As portas estavam abertas, os salões vazios. Floriano não compareceu, e a transmissão foi feita em seu nome pelo ministro Cassiano do Nascimento. Mas Prudente não se deixou abater e tratou de reunir seu ministério.

Prudente iniciou seu governo em um clima de revoltas e tensão. Eram os jacobinos que tinham Floriano como ídolo, e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que só terminou no seu primeiro ano de governo, quando conseguiu que a paz fosse assinada, concedendo anistia aos revoltosos.

Dentro do próprio governo, Prudente enfrentava a oposição do vice-presidente Manuel Vitorino. Por motivo de doença, teve de passar o governo a Vitorino em 11 de novembro de 1896, partindo para uma temporada de cura em Teresópolis. Vitorino já considerava o afastamento definitivo. No ministério, colocou quatro conterrâneos entre os sete ministros, mas o paulista Bernardino de Campos, que substituíra Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda, permanecia no cargo, e através dele Prudente acompanhava o andamento do governo. Já restabelecido e sabendo de uma conspiração que contra ele se armava, em 4 de março de 1897 voltou ao Rio sem qualquer aviso prévio, chegou ao palácio e mandou um mensageiro à casa de Vitorino, comunicando que reassumira a presidência.

Também em novembro de 1896 teve início no interior da Bahia a Guerra de Canudos, epopéia tão bem descrita por Euclides da Cunha n' *Os sertões*. Tratava-se de movimento messiânico de fanáticos reunidos em torno do beato Antônio Conselheiro. Contestava o regime republicano e o valor dos impostos cobrados, sendo também motivado pelas precárias condições de vida do povo. A insurreição popular de cunho sócio-religioso foi vencida com muita dificuldade pelo governo de Prudente de Moraes. Depois de árdua luta, apenas na terceira expedição, em 1897, o movimento de fanáticos foi derrotado pelo Exército.

No dia 5 de novembro de 1897, encontrava-se Prudente no cais do Arsenal de Guerra, para recepcionar o comandante da coluna expedicionária que conseguira submeter Canudos. Sabia-se que sua vida corria perigo, ameaçada por jacobinos que idolatravam Floriano Peixoto. Durante a cerimônia, um anspeçada do 10º Batalhão de Infantaria, Marcelino Bispo, saiu subitamente das fileiras de seu contingente e encostou uma pistola no peito do presidente, que, com a cartola, afastou o cano da arma. O anspeçada foi dominado, e a arma tomada. Marcelino Bispo sacou então sua espada e golpeou o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, que buscou segurá-lo. Bittencourt morreu. Prudente, apesar de saber que sua vida corria perigo, fez questão de comparecer ao enterro daquele que perdera a vida tentando salvar a sua.

Seu governo enfrentou grandes dificuldades econômico-financeiras decorrentes do Encilhamento, que produzira enormes dívidas com credores estrangeiros. Com a assessoria dos ministros da Fazenda Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, negociou com banqueiros ingleses o chamado *funding loan* para a consolidação da dívida externa. No tocante à política externa, a questão dos limites com a Argentina foi resolvida favoravelmente ao Brasil, tendo sido arbitrada pelo presidente Cleveland, dos

Estados Unidos, e negociada pelo barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores; as relações com Portugal foram restabelecidas, e os desentendimentos com a Itália solucionados, conseguindo-se também pôr fim às divergências com a França em relação ao Amapá. Com o Japão, assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em novembro de 1895, com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes japoneses.

Prudente de Moraes tinha a perfeita noção da separação entre o público e o privado, o que demonstrou inúmeras vezes. Quando, por exemplo, sua esposa ficou muito doente na estância de Poços de Caldas onde se encontrava, foi-lhe oferecido um vagão especial no trem para trazê-la para São Paulo. O presidente recusou o oferecimento, alegando que a doença da esposa era um problema de sua vida pessoal, e a solução seria procurada por ele nesse mesmo nível.

O período presidencial de Prudente de Moraes foi certamente bem-sucedido. Foi um período de consolidação do regime republicano. Ao final do quadriênio, pôde Prudente transmitir o governo ao também paulista e republicano histórico Manuel Ferraz de Campos Sales, que tinha como vice o pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, político de grande expressão no Norte. Como vivo contraste com a fria recepção recebida por ocasião da posse, ao passar o governo ao sucessor, Prudente foi delirantemente aclamado.

Findo o mandato, retornou a Piracicaba e de lá acompanhava o desenrolar da política. Inúmeras cartas enviadas da Fazenda Pau d'Alho a seu cunhado Adolfo Gordo bem o demonstram. Quando, em 1901, formou-se a dissidência dos republicanos paulistas, Prudente figurou entre os signatários do Manifesto Inaugural do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, datado de 3 de setembro. A cisão ocorreu por não aceitarem os dissidentes a orientação política que o então presidente Campos Sales estava imprimindo a seu governo e ao encaminhamento sucessório, contrariando princípios democráticos republicanos.

Prudente de Moraes simboliza a realização de um ideal político: dotado de qualidades raras, passou de subversivo a executivo na tarefa de implantação, organização e consolidação do regime republicano. A austeridade era sua marca. Os fatos acima referidos mostram a coerência de sua ação política, refletindo os ideais abraçados ainda na juventude: o liberalismo, o abolicionismo, o republicanismo – ideais da *Bucha*. Poucos homens tiveram na vida a oportunidade e a experiência de lutar por um ideal político e realizá-lo de modo tão completo como o fez Prudente de Moraes, cuja vida se entrelaça com o ideal republicano.

Faleceu em Piracicaba, em 3 de dezembro de 1902.

Seus filhos, genro e sobrinhos também foram políticos: foi o caso de Prudente de Moraes Filho, Paulo de Moraes Barros e João Sampaio.

Deixou escritos Discursos na assembléia de São Paulo, Relatório dos trabalhos do Senado Federal: 1892-1894 e Mensagens presidenciais: 1895, 1896, 1897, 1898

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES

BELLO, José Maria. *História da República*. 1889-1954. Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (sétima edição)

CARONE, Edgard. *A República velha (evolução política)*. São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1971

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987

CASTRO, Sertório. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Editora Universitária, 1982 (Coleção Temas Brasileiros, 50)

DEBES, Célio. *O Partido Republicano na Propaganda (1872-1889)*. Edição restrita em “off set”.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olímpio / São Paulo: EDUSP, 1973 (2vol.)

FREITAS, Leopoldo de. *O Dr. Prudente de Moraes - Esboço político e biographico*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Cia., 1902

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República. Representação e Sociedade*. Brasília: Senado Federal, 1989

----- . *A Propaganda Republicana na Província de São Paulo*. São Paulo:

CERU/FFLCH-USP, 1995 (Col. Textos, 6)

----- . “Prudente de Moraes”. Palestra na Loja Maçônica Prudente de Moraes em 6 de dezembro de 1996

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira – 1889-1937*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1982

MOTA FILHO, Cândido. “Prudente de Moraes” in *Homens de São Paulo*. São Paulo: Martins Editora, 1955

PEIXOTO, Silveira. “*A tormenta que Prudente de Moraes venceu*”. São Paulo: IMESO, 1990 (2ª edição)

SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1933 (2ª edição)

www.senado.gov.br/sp/senadores_biografias.asp